

Introdução

Em relação à juventude, a questão dos direitos e o seu reconhecimento têm passado por transformações, possibilitando que os jovens, atualmente, comecem a ser vistos como alvo de políticas sociais. Isto porque ao longo do tempo e em diferentes sociedades foram utilizadas diversas visões conceituais de juventude. Segundo Novaes e Vital (2005) as definições de juventude dependem de aspectos culturais e regras construídas em determinadas sociedades. Atualmente utiliza-se o termo “Juventudes”, com o objetivo de abarcar a diversidade de perfis que caracterizam o segmento juvenil. Como afirmam Ribeiro, Lanes e Carrano (2006):

(...) a noção de ‘juventudes’ é um complexo processo sócio-econômico-cultural que se expressa simultaneamente em diversidades e desigualdades, objetivas e subjetivas. Dessa forma, ao tratarmos da juventude, devemos ter em mente a dupla dimensão dessa categoria que expressa simultaneamente um momento do ciclo de vida e determinadas contingências de inserção dos sujeitos na estrutura social. (p. 77)

De acordo com Documento Base da I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude do Rio de Janeiro (2008), até a década de 1990 a juventude não era percebida como um segmento específico pelas ações governamentais. E a forma que esta ganha visibilidade se dá de maneira negativa, pois surgem projetos voltados para os jovens em situação de risco social, com mecanismos que priorizam o controle e a prevenção. Assim, os direitos dos jovens ainda não são garantidos de forma plena.

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em julho de 1990, inaugura um novo olhar sobre as crianças e adolescentes brasileiros, que passam a ter prioridade absoluta no que tange aos seus direitos como cidadãos. Em relação ao grupo juvenil, somente no final da década de 1990, se tem em vista a idéia de “protagonismo juvenil”, onde está previsto que o jovem passe a intervir no seu contexto social em questões ligadas ao bem comum, passando com isso a ser visto como sujeito de direitos. Surge assim, a idéia de emancipação e participação dos jovens em assuntos que lhe dizem respeito.

Mas se faz necessário pensar de que forma as políticas públicas estão sendo destinadas ao segmento juvenil e se estão conseguindo atingir de maneira que garantam o acesso aos direitos pela juventude.

As políticas voltadas para a juventude se mostram ainda tímidas. A educação e o trabalho estão dentre os direitos onde ainda existe um acesso precarizado por parte do grupo juvenil.

Em relação a educação se visualiza, principalmente em relação aos jovens mais pobres, um acesso desqualificado. As escolas presentes na maioria dos bairros pobres são de baixa qualidade. Vários fatores contribuem para isso, dentre eles podemos destacar a questão da violência que permeia o cotidiano desses locais, interferindo diretamente na dinâmica escolar.

A educação apesar de ser entendida como uma dimensão da vida social acaba não contemplando esta população, se tornando um dos fatores que dificultam a inserção no mercado de trabalho. Segundo Krauskopf (2005), a educação teria como uma das funções atualmente, ensinar o jovem a “*aprender a mudar*”, principalmente, devido às mutações do mercado de trabalho e a exigência cada vez maior por qualificação.

Segundo Almeida (2000):

A escola, além de guardar uma relação direta com a esfera da cultura também cumpre certas funções econômicas no processo de qualificação e desqualificação da classe trabalhadora, ainda que estas funções não sejam imediatas. Por isso mesmo devemos ter claro que a própria crise e falência da escola pública cumpre uma função política importante, conquanto auxilia no processo de demarcação dos lugares sociais dos grupos menos favorecidos com um ensino de baixo nível e com um acesso restrito aos meios necessários de elaboração da sua própria cultura, de sua própria visão de mundo. (p. 65 e 66)

Hoje a escola passa por um processo de descrédito. Houve muita preocupação com a democratização do acesso, mas não com a democratização da qualidade (Telles, 2009).

A desvalorização do diploma é um fato na maior parte das sociedades ocidentais, resultando na redução do papel da escola como “elevador social”, fundamento da ideologia meritocrática. Ou seja, se o diploma passa a fazer menos diferença, o meio social se torna determinante, em um ciclo de reprodução das desigualdades. Para Dubet e Duru-Bellat, a escola só obteve a maior igualização dos alunos naqueles países onde as desigualdades sociais diminuíram, como nos países

escandinavos. Os autores concluem que “tudo [pobreza, desigualdade, mobilidade, mudança social] não se resolve na escola”. Ou seja, faz-se necessária uma releitura do lugar da escola e da educação na sociedade brasileira, para poder sair do “círculo vicioso” diagnosticado. (Telles, 2009, p. 165)

No que tange à questão do trabalho, as mudanças provenientes do sistema capitalista, a partir da adoção das políticas neoliberais, não têm privilegiado em nada as classes mais pobres. Pelo contrário, o que percebemos é um agravamento da questão social. Diante destas transformações decorrentes da automação e de outras ações tecnológicas, das mudanças nas relações de trabalho, da flexibilização, da desregulamentação, da precarização e da não menos importante desproletarização, a pergunta que se faz é se hoje o trabalho como um direito é garantido a todos os segmentos populacionais.

De acordo com Kameyama (2004), o trabalho foi na modernidade capitalista “*a via de acesso à cidadania (...)*”. (p. 12). Ainda segundo esta autora no período industrial o trabalho era o principal elemento organizador das relações sociais e era através dele que os indivíduos adquiriam existência e identidade social a partir da profissão que exerciam. Já para Marx, o trabalho é o estruturador da sociabilidade humana, pois com o trabalho o homem pobre sai da condição passiva para a condição de mediador, transformando a natureza e a si mesmo.

Mas esta condição de proteção proporcionada pelo trabalho começa a se desestruturar com o desemprego e a erosão dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Assim a perda do emprego tem como consequência a perda da proteção social e o retrocesso da cidadania (Kameyama, 2004).

Alia-se a isto a adoção das políticas neoliberais que além de proporcionar um encolhimento do Estado, no que tange aos direitos sociais, reduzem o significado anterior de cidadania, suscitada pelos movimentos sociais. E em seu lugar estabelece a conexão entre cidadania e mercado. Assim apenas são considerados cidadãos aqueles que podem consumir.

Os direitos trabalhistas estão sendo eliminados em nome da livre negociação entre patrões e empregados, da “flexibilidade” do trabalho, etc., e os direitos sociais garantidos pela Constituição Brasileira desde os anos quarenta eliminados sob a lógica de que eles constituem obstáculos ao livre funcionamento do mercado, restringindo assim o desenvolvimento e a modernização. (Dagnino, 2004, p. 106)

Essa é uma questão que atinge a juventude como um todo, mas na população mais pobre ela se torna mais perversa. Segundo Kliksberg (2005) a questão do desemprego apresenta diferenças entre os jovens ricos e pobres. Entre os mais ricos, o desemprego está relacionado à necessidade de prolongar os anos de estudo, de forma a adquirir uma melhor qualificação e preparar-se para o mercado de trabalho. E esta qualificação se estende até uma idade em que o jovem já é considerado apto para o trabalho. Em relação aos jovens pobres, existe uma maior necessidade de trabalhar cada vez mais cedo. Mas muitas vezes, pela falta de experiência ou qualificação não conseguem acessar o mercado de trabalho. Os jovens acabam buscando estratégias para a garantia de sua sobrevivência, dentre elas, podemos citar a inserção no mercado informal, que expõe o jovem a uma situação de vulnerabilidade, já que trabalham sem possuir direitos trabalhistas.

Desta forma, o jovem pobre não encontra possibilidades de inserção no mercado de trabalho por conta da sua baixa escolaridade, como também das mudanças no mercado de trabalho. Em contrapartida, os programas de educação profissional existentes não estão conseguindo atingir de maneira integral a esta população juvenil. Isto por não existir uma interlocução e um trabalho conjunto entre a área da educação e os programas de educação profissional.

O contato preliminar com as questões que perpassam a temática juventude foi possibilitado a partir da minha inserção no projeto Jovens Engajados nas Américas¹ como bolsista de iniciação científica (PIBIC) do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. O objetivo principal desta pesquisa foi discutir as diversas formas de engajamento de jovens ativos em movimentos estudantis, projetos sociais e/ou culturais, grupos religiosos e juventudes de partidos políticos. Foram incluídos 24 jovens de ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 24 anos, moradores do município do Rio de Janeiro, de segmentos sócio-econômicos diversos, com enfoque voltado aos sentidos que estes jovens atribuíam ao seu engajamento, ao seu espaço e atuação na sociedade. A partir deste estudo, foi possível perceber que dentre os direitos mais negligenciados e que suscitavam

¹ Este projeto foi desenvolvido a partir de uma parceria entre pesquisadores de três países: Irene Rizzini, professora e pesquisadora da PUC-Rio e diretora do CIESPI, Brasil; Maria de Los Angeles Torres, da University of Illinois, Chicago e diretora da unidade de Estudos Latino-Americanos, Chicago, USA e Norma del Rio, professora da Universidad Metropolitana Autonoma de Mexico e diretora do Centro de la Infancia, na Cidade do México.

mais reivindicações por parte dos jovens estavam os direitos à educação e ao trabalho.

Além da participação no Projeto Jovens Engajados nas Américas, a minha atuação como estagiária de Serviço Social na Agência de Família do Banco da Providência, trouxe mais elementos para elaboração deste estudo. A Agência de Família que integra o projeto do Banco da Providência está inserida em comunidades de baixa renda. Nas Agências é desenvolvido o Programa de Formação para o Mundo do Trabalho, que consiste na formação das famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza, desenvolvendo atitudes e habilidades para criar melhores condições para o trabalho e para a vida, atuando também para a promoção do exercício da cidadania e a disseminação da cultura da paz, geração de renda de forma associativa e solidária. O programa se divide em duas fases, na primeira são trabalhados temas como: Identidade – entendendo a importância de desenvolver de forma positiva a auto-imagem para que o indivíduo se sinta capaz de intervir na realidade pessoal e social, rompendo com atitudes e ações preconceituosas que impõem a esses grupos uma vivência subalterna; Família – reconhecendo o valor desta como agente co-responsável no processo de formação pessoal e humano; O mundo do trabalho – entendendo o trabalho como direito humano, com reflexões que levem os participantes a identificar seus potenciais e limitações para melhor se inserir no mercado de trabalho e também orientando a respeito das regras de inclusão no mercado de trabalho. Na segunda fase do projeto são realizados os encaminhamentos para outros projetos do Banco da Providência: Agência de Capacitação², Agência de Empregos³ e Agência de Empreendimentos Populares⁴. Desta forma, a atuação nesta Agência de Família levou-me a atentar para a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho pela população juvenil.

² A Agência de Capacitação promove cursos de capacitação para desenvolver a competência humana, possibilitando criar oportunidades de trabalho.

³ A Agência de Empregos atua na captação de vagas no mercado de trabalho para inserção das famílias atendidas. O seu público-alvo consiste de jovens que estão buscando o primeiro emprego e adultos em idade ativa. Entre suas ações está o incentivo a absorção de jovens e adultos de baixa escolaridade, pelos setores de seleção e recrutamento.

⁴ A Agência de Empreendimentos Populares desenvolve ações de apoio financeiro e formação técnica com objetivo de potencializar a formação de pequenos empreendimentos de pessoas ou grupos (atendidos nas Agências de Família) que possuam alguma habilidade, entendendo que gerar renda é uma conquista de cidadania que possibilita emancipação das pessoas.

Estas experiências reforçaram o interesse em estudar as questões que perpassam a educação profissional no município do Rio de Janeiro. Para a juventude questões como primeiro emprego, entrada no mercado de trabalho são muito importantes e as possibilidades de acesso se mostram limitadas, ainda mais para aqueles jovens moradores de bairros pobres.

Partimos da seguinte questão para estruturarmos o estudo sobre o assunto acima mencionado: *Quais os significados da educação profissional para a trajetória profissional dos jovens moradores dos bairros de Costa Barros e Rocinha, oriundos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano)?* E, apresentamos como objetivos específicos: identificar as motivações dos jovens ao buscar a inserção no ProJovem Urbano; conhecer o perfil e a trajetória dos jovens antes e depois de sua participação no ProJovem Urbano; além de procurar entender o impacto da precarização e da falta de trabalho no cotidiano dos jovens;

Sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens ainda são poucos os estudos que buscam perceber o seu impacto sobre a realidade do segmento juvenil, bem como se sua proposta está conseguindo atender as suas expectativas no que concerne a questão de inserção profissional deste grupo populacional, cujo acesso ao mercado de trabalho se apresenta tão difícil.

E não menos importante que isso, buscar compreender como se dá a articulação entre educação e trabalho no que diz respeito a educação profissional. Se realmente ocorreu uma mudança, ou se ainda continuamos a reproduzir a velha separação.

Nesse sentido analisar este tema se mostra bastante relevante para o Serviço Social, pois se desenha um contexto de muitos desafios, tanto no que diz respeito às questões trazidas pelas transformações no mundo do trabalho, quanto pela implementação das políticas sociais, com rebatimento na questão social que se constitui o cerne da intervenção do Serviço Social.

Assim, o processo de exposição, presente nesta dissertação está ordenado em quatro capítulos. No primeiro capítulo abordaremos as diferentes concepções de juventude presente na sociedade e a relação destas com as políticas públicas para este grupo. Tratamos também da evolução destas políticas na sociedade

brasileira, até os dias atuais quando situamos e apresentamos a Política Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano).

O segundo capítulo apresenta como tema a educação e o trabalho suas transformações e influências no processo de educação profissional na sociedade brasileira.

O campo de pesquisa é abordado no capítulo 3 desta dissertação. Trataremos o processo de trabalho de campo, apresentamos uma breve caracterização dos bairros de Costa Barros e Rocinha, e o perfil dos jovens entrevistados moradores dos respectivos bairros.

No capítulo 4 expomos as percepções dos jovens entrevistados a respeito do ProJovem Urbano e da qualificação profissional oferecida pelo Programa. Terminamos o capítulo, analisando a questão dos direitos da juventude no que tange à educação e ao trabalho.